

Exclusão do item “(iii)” do Anexo 19 do Edital

1. O item “(iii)” do Anexo 19 exige que o proponente traga declaração do operador aeroportuário direto no sentido de que a relação societária entre ambos “...*confere ao proponente todo o conhecimento técnico necessário a operação do aeroporto*”. A declaração em questão é ilegal e inconstitucional por diversos motivos.
2. Primeiro porque tal item exige atestação de “*conhecimento técnico necessário a operação do aeroporto*”, o que é um conceito aberto cujo alcance é totalmente incerto, na medida em que dele não é possível inferir sua extensão e conteúdo. Ou seja, sequer se sabe quais as expertises necessárias para que se detenha esse “conhecimento técnico” e em qual grau o proponente deve dominá-lo para a operação do aeroporto. Com conteúdo tão incerto, um operador aeroportuário sério certamente terá dificuldades uma declaração desta natureza, o que acabaria por criar uma restrição desnecessária à competição.
3. Por isso, para que se garanta a isonomia e objetividade da licitação, somente se pode exigir dos licitantes declarações e atestados em relação a fatos concretos, sendo absolutamente inadmissível a exigência de avaliações incertas e subjetivas, ainda mais quando feitas por terceiros.
4. Mesmo porque, diferentemente das declarações de fato, as declarações subjetivas não podem ser postas a prova ou contestação, uma vez que representam a mera opinião do declarante. Consequentemente, a Comissão de Licitação e os demais licitantes sequer teriam meios de verificar a sua veracidade e, se for o caso, impugná-las, uma vez que não disporiam de parâmetros concretos para fazê-lo.
5. A declaração, ademais, contraria a própria sistemática do Edital, segundo a qual a relação societária entre o proponente e o operador aeroportuário direto (que, obviamente, atenda aos requisitos do item 4.46 do Edital) é prova suficiente da qualificação técnica do primeiro.
6. O que se observa, portanto, é que uma declaração com tais características revela-se absolutamente inútil e até prejudicial aos fins do certame, porque não confere segurança alguma à Comissão de Licitação quanto à capacitação técnica dos proponentes (já que não se sabe o que compõe esse “conhecimento técnico”), frustrando desnecessariamente o caráter competitivo do certame, ofendendo o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas das propostas, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica imprescindíveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

7. Viola, por outro lado, o art. 3º da Lei de Licitações, o qual exige o estabelecimento de critérios que possam ser objetivamente aferidos pela Comissão de Licitação na análise das propostas. Neste sentido, Marçal Justen Filho:

“Todas as decisões adotadas pela Administração ao longo do procedimento licitatório, desde a fase interna até o encerramento do certame, devem traduzir um julgamento imparcial, neutro e objetivo. O ato convocatório tem de conter critérios objetivos de julgamento que não se fundem nas preferências ou escolhas dos julgadores” (Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2009, 13ª ed. São Paulo: Dialética, p. 72).

8. Diante do exposto, para afastar as ilegalidades e inconstitucionalidades acima mencionadas, impõe-se a exclusão do item “(iii)” do Anexo 19.